

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Abertura do Ano Judiciário - 2000

Em cumprimento à lei e à norma regimental, iniciam-se hoje os trabalhos deste Tribunal relativos ao ano 2000. Formulo, no ensejo, os meus votos de boas-vindas aos ilustres Colegas, certo de que retornam com a saúde e os ânimos retemperados, após as merecidas férias, que, ontem, terminaram.

Recebi, no dia 17 do mês passado, o relatório estatístico processual relativo ao ano de 1999, em que se pode verificar o extraordinário trabalho efetivado pelo Tribunal no exercício findo, quando foram julgados 128.042 processos, número jamais alcançado por nenhum outro Tribunal do País. Em valores percentuais, houve um crescimento de 37,29% nos feitos distribuídos e de 34,06% nos julgados.

Convém destacar que, nesta Corte, desde o início do seu funcionamento, o percentual de causas pendentes vem decrescendo a cada ano: em 1989 era de 41,83%; em 1999, de 8,32%. Dos processos recebidos no ano passado, só 2,48% não foram julgados. Há, da sua instalação até dezembro último, apenas 50.155 feitos pendentes de julgamento, dos quais 6.592 estão com vistas ao Ministério Público.

Esses números mostram que a demora média de um processo no Tribunal caiu de seis para menos de cinco meses. Aqui se pratica, pois, uma justiça célere e eficiente, como reclamada pela população. Tão gratificante êxito deve-se, po-

rém, ao trabalho sobre-humano desempenhado pelos seus integrantes com a imprescindível ajuda do excelente corpo de servidores da sua Secretaria.

No recesso do final do ano passado e neste mês de janeiro, a Presidência apreciou 581 processos, o que evidencia ser a plethora de processos infensa ao advento das férias e, mesmo diante da suspensão das atividades normais do Tribunal, a Presidência examinou mais de 500 pedidos de liminar, com a inestimável colaboração de Sua Excelência o Ministro Vice-Presidente, que decidiu, no exercício da Presidência, 151 feitos. Daí resulta a constatação de que a Justiça, no STJ, não sofre solução de continuidade, ou seja, esta Corte, efetivamente, cumpre o seu papel constitucional.

Nesse período, as atenções da Presidência estiveram voltadas, especialmente, para a Reforma do Poder Judiciário, mas, infelizmente, no que diz respeito a este Tribunal, não se conseguiu, até o momento, a aprovação de medida visando a coibir os numerosos recursos repetitivos que lhe são endereçados, grande parte originários do Poder Público, com o manifesto objetivo de postergar a formação da coisa julgada. Tais recursos, injustificados e desnecessários, vêm de encontro aos anseios da sociedade, que quer uma justiça desburocratizada e de resultados, atingindo, em cheio, a credibilidade do Judiciário.

É importante atentarmos ao fato de que este Órgão, embora até o momento tenha cumprido com extraordinária eficiência a sua missão constitucional de julgar, está chegando aos seus limites. Se o legislador constituinte não encontrar solução para reprimir a plethora recursal, propiciando-lhe exercer, de maneira adequada, a sua atribuição maior de zelar pela autoridade e uniformização interpretativa do Direito federal, será, também, nos próximos anos, um órgão jurisdicional contaminado pela crise que atinge o Judiciário como um todo.

A nosso ver, é indispensável que sejam aplicados ao Superior Tribunal de Justiça institutos como a súmula vinculante, ainda que limitada a matérias administrativas, tributárias e previdenciárias; que se estabeleça, como condição de admissibilidade dos recursos especiais, a repercussão geral das questões federais discutidas, ou, se assim não se entender, que se permita possa a lei excluir, entre outros casos, como nas ações previdenciárias e de despejo, a possibilidade de interposição de recurso especial.

Providência que se impõe, em termos constitucionais, refere-se a uma melhor clareza na definição das competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, evitando o surgimento de uma zona cinzenta no âmbito das suas atribuições, ocasionadora de uma injustificada quarta instância. Com esse objetivo, é imperativo deixar clara a condição do Supremo de Corte máxima em matéria constitucional e a deste Tribunal de Corte máxima em matéria infraconstitucional. Nesse sentido, basta que se tornem irrecorríveis as deci-

sões desta Corte, salvo matéria constitucional, restringindo-se o recurso ordinário para o Supremo Tribunal.

Não nos parece justificável passar ao Supremo a competência, hoje atribuída a este Tribunal, de julgar os recursos especiais nos casos em que o acórdão recorrido der pela validade das leis locais (municipais e estaduais) em confronto com as leis federais. Como no Brasil há cerca de 5.000 Municípios, 26 Estados e o Distrito Federal, é fácil concluir que grande número de causas tributárias, decorrentes de conflito entre a legislação local e o Código Tributário Nacional, será deslocado para o Supremo, tornando-o mais congestionado e transformando-o, além de Corte constitucional, em Corte tributária. Ocorrerá, entendemos, algo semelhante ao que aconteceu com os habeas corpus contra atos dos Tribunais de Apelação até antes da Emenda Constitucional nº 22, aprovada com integral apoio do Supremo, o qual, então, estava constituindo-se, também, Tribunal criminal com grandes prejuízos para a sua missão maior de Corte constitucional.

Cumpre-nos, pois, nesse contexto, continuar a insistir na adoção de providências, visando a tornar mais rápida ainda a administração da justiça nesta Corte, evitando-se, assim, em futuro próximo, o seu esclerosamento. Uma dessas providências consiste em conclamar o Congresso Nacional para que seja sensível à importância do tema. Esse é o nosso dever.

Todos sabemos que vivemos uma crise de “deslegitimação dos Poderes”, decorrente do distanciamento entre a sua atuação e o que deles espera a população do País. Os chefes do Executivo elegem-se com um plano de governo e se vêem impossibilitados de executá-lo em razão das grandes deficiências da máquina estatal. Isso atinge, muitas vezes, a imagem de grandes talentos administrativos, indispondo-os contra os seus eleitores. O mesmo acontece com os Deputados e Senadores, muitas vezes pessoas capazes e aptas para o cargo, mas que não conseguem concretizar as suas promessas eleitorais. A esse processo de “deslegitimação” não escapa, também, o Judiciário, porquanto dele espera o povo que cumpra o seu dever de decidir os litígios em tempo razoável. Na medida em que esse anseio não é satisfeito, a sua credibilidade é atingida.

Sem prejuízo dessas preocupações, é importante que mantenhamos a nossa postura otimista na certeza de que, com trabalho, perseverança e espírito público, iremos conseguir solucionar ou, pelo menos, amenizar esses problemas institucionais. Uma coisa é certa: o Tribunal, pela sua direção e pelos seus Ministros, jamais irá faltar, dentro das suas forças, àquilo que dele espera o povo brasileiro: julgar com rapidez e eficiência.

Com os nossos cordiais votos de boas-vindas, que, ora, estendo à Sra. Subprocuradora-Geral e aos demais membros do Ministério Público que atuam nesta Casa, aos Srs. advogados, jornalistas e servidores da Secretaria, renovo a todos os nossos desejos de um feliz e promissor ano 2000.

Muito obrigado.

Com grande regozijo, esta Corte vê retornar às suas funções o Excelentíssimo Senhor Ministro William Patterson, nosso estimado e querido decano, o qual, por motivos alheios à sua vontade, esteve afastado, por um período, das atividades deste Tribunal.

À satisfação de voltar a compartilhar com Sua Excelência o mesmo ambiente de trabalho, dado o seu caráter afável e conciliador, soma-se o gáudio de receber de volta um dos mais laboriosos Ministros desta Casa, que sempre se houve com notável sabedoria e diligência, um magistrado sempre atento à celeridade do processo e às necessidades dos jurisdicionados, enfim um modelo de lhanza e probidade, cuja presença muito honra o Superior Tribunal de Justiça.

No ensejo, gostaria de agradecer ao ilustre Ministro Felix Fischer, que, durante este interregno, substituiu com brilhantismo o Sr. Ministro William Patterson, contribuindo com sua percuciência e correção para que os trabalhos desta Corte continuassem dentro da normalidade.

Apresento ao digno Ministro William Patterson nossos melhores votos de boas-vindas e reitero o nosso contentamento por poder, novamente, privar com Vossa Excelência.

Gostaria de registrar, ainda, que compareceram a esta sessão os eminentes Ministros Paulo Gallotti e Franciulli Netto, aos quais muito agradeço a colaboração; são dois ilustres Colegas, que sempre têm colaborado com o Tribunal, com sua experiência e brilhantismo costumeiros.

Assinalo que nosso prezado colega Ministro Felix Fischer tem processos vinculados, na qualidade de Ministro Relator, nesta Corte e aqui permanecerá até que eles sejam julgados.

* Discurso proferido em 1º de fevereiro de 2000
na abertura do Ano Judiciário, Sala de Sessões da Corte Especial.